

INFORMA-SE

Uma publicação do Instituto Genildo Batista



**#REVOGANOVO
ENSINOMEDIO**

O **INFORMA-SE número 15** traz um importante texto da diretora do Instituto Genildo Batista – IGB, **Gesa Linhares Correa** (que é da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular - CSP Conlutas, e ex-diretora do SEPE/RJ e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE) e do diretor do referido instituto, professor **Marcos Rangel**, sobre o **Novo Ensino Médio - NEM**. O texto fala sobre a origem, implantação, reais objetivos do NEM, sobre a reação do Governo e do Consed (Conselho Nacional de Secretários em Educação) e conclui conclamando **#REVOGANOVOENSINOMEDIO** - uma luta urgente e necessária em defesa da Educação Pública e do nosso país.

**Solicitamos que leiam, debatam e divulguem
o INFORMA-SE número 15**

#REVOGANOVOENSINOMEDIO

Privatizado"

(Bertold Brecht)

Privatizaram sua vida, seu trabalho,
sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente,
seu pão e seu salário.

E agora não contentes querem
privatizar o conhecimento, a sabedoria,
o pensamento, que só
à Humanidade pertence.

O chamado **Novo Ensino Médio** implantado por **Bolsonaro** em 2022 foi aprovado em 2017 por **Temer**, tendo sido gestado ainda em 2016 (MP 746/2016).

É mais uma medida de ataque à educação pública em nosso país. Isso além dos cortes de verbas, **objetivando avançar na privatização da educação e atacar o ensino crítico**, como fez Bolsonaro ao tentar destruir a imagem de Paulo Freire.

A **Lei nº 13.415/2017** (deriva da nefanda Emenda Constitucional n. 95/2016, o "Teto de Gastos" que impede o Estado de investir em políticas sociais) **alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudança na estrutura do ensino médio**, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola **de 800 horas para 1000 horas anuais**, mas **não alterou as estruturas das unidades e tampouco definiu a necessidade de abertura de concursos públicos** para completar a enorme carência de trabalhadores(as) em educação, muito menos estabeleceu diálogo com os professores(as), **desconsiderando a formação acadêmica daqueles e daquelas que já estão na rede pública.**

Disciplinas como **Filosofia, História, Sociologia e todas as demais tiveram a carga horária reduzida**, perdendo o caráter de obrigatórias **atingindo a concepção da formação escolar que visa trabalhar a capacidade crítica e reflexiva nos estudantes.**

Apenas Língua Portuguesa e Matemática ficaram como disciplinas obrigatórias.

No Rio de Janeiro, a SEEDUC reduziu a carga horária também dessas duas disciplinas obrigatórias para acomodar os ditos **"itinerários formativos"**: **"O que rola por aí"**, **"Arte de morar"**, **"RPG"** e até **"Brigadeiro caseiro"** e **"Mundo Pets SA"**, **"Projeto de Vida"**, **"Quem és tu"**, dentre outras.

Um dos argumentos para tal reformulação foi deixar que os/as alunos(as) possam escolher sua área de formação técnica conforme seus próprios interesses considerando suas expectativas em relação ao mercado de trabalho. **Os itinerários representam 40% da carga horária.**

Mas o que estamos atestando nas escolas é a não oferta concreta desses conteúdos e professores(as) sendo obrigados a trabalhar com esses itinerários formativos desrespeitando a disciplina na qual foram formados e para a qual prestaram concurso público.

A luta pelo **#RevogaNovoEnsinoMédio** ganhou força em especial com o **abaixo assinado elaborado pelo mandato coletivo do deputado federal Glauber Braga** e que será entregue ao Ministro da Educação quando a reunião com o ministério for realizada.

Reações do governo e CONSED (Conselho Nacional de Secretários em Educação)

O inaceitável é a declaração do Ministro da Educação Camilo Santana: “Falar em alteração sem aprofundar o debate sobre quais são os elementos problemáticos e as promessas não cumpridas não seria justo com os nossos jovens e não nos ajuda a avançar. Defendemos a retomada do diálogo democrático sobre o sentido do ensino médio e sobre como podemos, juntos e com a prudência necessária, entregar a melhor escola”.

Como também é inaceitável fazer propaganda enganosa usando a mídia, dizendo que vai abrir consulta à população sem a convocação de processo de debate que culmine com uma Conferência Nacional de Educação, precedida de debates nos estados e municípios.

Em 2024 termina o decênio do PNE (Plano Nacional de Educação) em vigor e urge revogar esse NEM e reabrir amplo debate com a sociedade civil sobre o Projeto de educação para o país.

Cabe a este governo que foi eleito para derrotar Bolsonaro, rejeitar a lógica do capital privado na educação, mas infelizmente montou uma equipe no ministério totalmente comprometida com a privatização e mercantilização da educação.

Na mesma linha de Camilo Santana, o CONSED solta uma nota declarando: “a revogação do Novo ensino Médio não é o caminho para tornar essa etapa mais atrativa ao estudante” (16 fevereiro 2023).

Não é nova tal investida atingindo o papel do estado quanto às políticas públicas.

O Banco Mundial e seus aliados continuam atuando em diversos países assim como no Brasil, interferindo nas políticas educacionais, oferecendo consultorias neoliberais que concebem o(a) educando(a) como “EMPREENDEDOR”.

Alterar o currículo e diminuir o papel do estado é central na **DISPUTA DE CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE**, assim como “implantar” as contrarreformas trabalhistas, previdenciárias, administrativas.

Nossa luta não começou agora: do PNE da Sociedade Brasileira aos projetos governamentais ditados pelo Banco Mundial e demais organismos internacionais

A defesa pela educação pública, laica, democrática e socialmente referenciada enquanto direito e dever do estado não é recente em nossa história.

As diversas transformações no mundo do trabalho com o avanço do sistema capitalista têm feito da educação uma “mercadoria” fundamental para consolidação do seu projeto de disputa que visa transformar a maioria da população em mera consumidora e convencê-la de que ser empreendedor(a) é a saída para a “crise fabricada”, num mundo onde os direitos trabalhistas duramente conquistados continuam sendo cortados.

Centralizar as decisões sobre projeto de educação excluindo a participação popular faz parte desse projeto nefasto.

Não por acaso Fernando Henrique Cardoso desengavetou o seu projeto 4.173/98 (elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC à época), no dia seguinte à apresentação do **PNE da sociedade brasileira**.

E o substitutivo, do então deputado federal Nelson Marchezan, foi aprovado com **nove vetos**, onde a maioria deles estava vinculada a recursos financeiros (a “**preocupação do governo com ferir a lei de responsabilidade fiscal**”) ficando tal plano como uma carta de intenções. Inclusive a meta (à época considerada um avanço) de atingir os **7% do PIB, contrários à nossa formulação pelos 10%**.

Nossa luta continuou incentivando a criação dos **Fóruns Estaduais e Municipais da Educação**, no sentido de resgatarmos a construção coletiva feita na proposta do **PNE da Sociedade Brasileira**.

A disputa pela concepção de mundo continuava e no Rio de Janeiro seguimos na construção coletiva. Formamos o Comitê Rio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação com a certeza de que somente com a unidade de todas as entidades que acreditavam na luta pela educação pública, laica, democrática, gratuita, universal enquanto direito do povo e dever do Estado seria possível derrotar um projeto mercadológico elaborado em gabinetes governamentais.

E em **21 de novembro de 2002**, com abertura no Maracanzinho, foi realizada

a **Conferência de abertura - Educação: Direito, Democracia e Justiça Social**.

Nos dias 22 e 23 de novembro os debates e plenárias continuaram na UERJ, divididos por **eixos temáticos**: Organização e Avaliação da Educação; Gestão Democrática da Educação; Financiamento da Educação, Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação.

A serviço de quem estão o NEM (Novo Ensino Médio) e o BNCC (Base Nacional Comum Curricular)?

Os governos passam, mas a luta entre dois projetos de educação e sociedade segue em curso.

Mais uma vez somos chamadas(os) a denunciar o que está em jogo com o projeto de educação em nosso país. Não podemos aceitar que o atual governo eleito para derrubar o legado bolsonarista resolva, após pressão através do abaixo assinado **#RevogaNovoEnsinoMedio** manter em sua equipe no Ministério da Educação **privatistas que continuam tocando a política do Banco Mundial e demais organismos internacionais**.

É preciso denunciar o **papel destrutivo do banqueiro Lemann e sua Fundação** que, desde 2012, teve protagonismo também na criação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para além do rombo nas Lojas Americanas. Lemann está por trás da privatização da Eletrobrás.



SindRede/BH

Fundação Lemann: uma das organizações a serviço da privatização da educação

Idealizador da fundação que leva seu nome, fundada em 2002, que ofertou **bolsas de estudos em universidades fora do país** beneficiando figuras como os(as) deputados(as) federais Tabata Amaral, Felipe Rigoni e Tiago Mitraud, eleitos em 2018.

Apesar das lutas travadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação e várias entidades sindicais e estudantis comprometidas com a educação pública, laica, democrática e socialmente referenciada, essa **BNCC** foi elaborada ignorando o diálogo com a comunidade escolar. **Ela define todos os currículos educacionais em todas as escolas do país, com uma visão fragmentada do conhecimento prejudicando a plena formação humana e técnico-científica e ainda ENFATIZA O ENSINO RELIGIOSO, desrespeitando a laicidade do Estado.**

O NEM desvincula o ensino médio da educação básica, última etapa obrigatória da formação enquanto **escolaridade básica** que deveria garantir todas as disciplinas como obrigatórias e necessárias ao pleno desenvolvimento humano.

É o **esvaziamento do currículo** atingindo a população mais pobre do país, a **desregulamentação da profissão docente** e o avançar na **privatização do ensino público**.

Assim como a **Fundação Lemann**, temos **“Todos pela Educação, Fundação Bradesco, Fundação Estudar**, dentre outras fundações e alguns de seus mentores integrando a **equipe de Camilo Santana**, portanto, estimulando a **concepção neoliberal na educação**, propagandeando conceitos como: **gestão empresarial, empreendedorismo, meritocracia** com criação de **ranking escolar**, incentivo ao **individualismo**, com proposta de **HOMESCHOOLING (ensino domiciliar)**, **escolas cívico-militares**, e a dita **“ESCOLA SEM PARTIDO”**.

O 'Novo' Ensino Médio é muito pior que o anterior

No estado de **São Paulo**, onde aulas de **Química e Sociologia** foram substituídas por disciplinas eletivas como "**Brigadeiro gourmet**" e "**Mundo pet**" em algumas escolas estaduais, **um dos elaboradores das APOSTILAS OFERECIDAS AOS PROFESSORES E PROFESSORAS** como apoio curricular aos itinerários formativos do NEM é o **IFOOD**.

Uma **pesquisa feita no estado de São Paulo sobre implantação do NEM** comprovou que a dita expansão de aulas foi realizada pela modalidade **EAD** utilizada durante a pandemia, e que **os alunos e alunas mais pobres continuam enfrentando as mesmas dificuldades sem acesso à internet e computadores**, além do fato de que nem todos os itinerários formativos tinham professores(as), sendo substituídos por **aulas gravadas**.

No **Rio de Janeiro** o problema é semelhante pois tem provocado **sobrecarga de trabalho aos professores(as)** que tiveram sua disciplina de origem no concurso reduzida e **estão sendo obrigados(as) a ministrarem essas chamadas disciplinas eletivas**.

Na Rede estadual **faltam cerca de 13.500 professores** e **o governo não paga o equivalente ao piso salarial nacional**.

Este ano foram fechadas 1200 turmas.

No **Distrito Federal**, o Novo Ensino Médio teve início em 2020, por meio de **12 escolas-piloto**, e começou a ser **aplicado em todos os colégios, de forma progressiva**, do seguinte modo: 2022 – primeiros anos; 2023 – primeiros e segundos anos; 2024 – primeiros, segundos e terceiros anos



#REVOGANOVOENSINOMEDIO
É preciso revogar esse Novo Ensino médio que aprofundou as desigualdades educacionais e por extensão, as desigualdades sociais, pois essa dita diversificação curricular, chamada de itinerários formativos, na verdade **priva os(as) estudantes do acesso aos conhecimentos básicos necessários à sua formação crítica substituindo a centralidade do conhecimento escolar por uma "educação atrativa" que desarticula teoria e prática**

A Consolidação do Sistema Nacional de Educação está ameaçada!

Destacamos que tal mudança está atingindo um dos objetivos da educação em nosso país que é a consolidação de um **Sistema Nacional de Educação, uma luta histórica** através da construção do Plano Nacional de Educação (desde 2001).

O PNE em vigor vai até 2024 (Lei 13.005/2014) e esse debate precisa ser reaberto com ampla participação da sociedade civil.

É hora de aumentar o engajamento da população nesse abaixo-assinado **#REVOGANOVOENSINOMEDIO**

<http://revoganovaensinomedio.com.br>

e associar à luta pela **REVOGAÇÃO DA BNCC.**

É urgente colocar em nossa pauta de luta a construção da **Conferência Nacional de Educação com ampla participação da comunidade escolar.**

Como disse Erundina- **“é a disputa do poder econômico”**; é uma **LUTA ideológica em curso e não podemos abrir mão dessa disputa contra o sistema capitalista.**

Lembrando o que disse **Lula** no dia em que recebeu as centrais sindicais: **“Façam pressão por que do contrário, vou achar que está tudo bem”.**

A hora é agora e com mobilização popular.

É preciso cobrar do governo Lula o compromisso com a universalização da educação básica pública enquanto direito da população e dever do Estado e impedir sua transferência para agentes do mercado, bem como barrar o processo de desregulamentação da profissão docente.

Março de 2023

Gesa Corrêa, da Coordenação Nacional LRP (Liberdade e Revolução Popular). Professora aposentada da rede pública. É da Secretaria Executiva Nacional da CSP - Conlutas e Base do SEPE/RJ

Marcos Rangel de Lima, da Coordenação Nacional da LRP. É professor da rede estadual de educação do RJ.

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Lujan Maria Bacelar de Miranda